

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário de Pernambuco Class.: 73

Data 10 de agosto de 1989 Pg.: _____

Índio quer oficializar a sua escola

A proposta da nova política de educação escolar indígena para o Estado de Pernambuco foi discutida, ontem, e continua, hoje, no Ceac (av. Parnamirim, 417, Casa Forte), com a participação de professores, índios, técnicos da Funai, da Secretaria de Educação e da UPE. Este encontro - iniciativa inédita no País - servirá para definir diretrizes educacionais e de alfabetização das crianças indígenas.

Atualmente, existem 15.862 índios em Pernambuco, distribuídos em sete tribos, sendo que duas estão nas áreas do Agreste e cinco no Sertão do Estado. Deste total, aproximadamente 1.300 frequentam turmas de alfabetização e do primeiro grau menor (1ª a 4ª séries), em dez escolas mantidas pela Funai.

Segundo a chefe da Divisão de Desenvolvimento Comunitário da 3ª Superintendência da Funai que compreende do Ceará até o Espírito Santo), Roseana Brito Amorim, a meta maior é oficializar as escolas indígenas. Ao mesmo tempo, o GREI/PE - Grupo de Educação Indígena de Pernambuco, pretende favorecer o desenvolvimento de uma escola autêntica, definindo uma política, tanto no calendário, quanto no currículo, baseada no contexto sócio-cultural-econômico de cada grupo.

Outras metas tratam da am-

pliação do atendimento escolar, com uma melhor infra-estrutura, além da capacitação do pessoal docente e impressão e divulgação do material didático produzido. O reconhecimento da língua indígena, também é outra luta que vem sendo travada pelos integrantes do GREI/PE.

Nos dias de hoje, em Pernambuco, apenas a tribo Fulni-ô, situada no município de Aguas Belas, com uma população de 2.788 integrantes, preserva o idioma nativo - yaathe - que, traduzindo ao pé da letra, significa nossa boca. Lá, encontra-se a Escola Bilingüe, atendendo a 176 alunos e que tem como professora Marilena Araújo de Sá.

Além da tribo Fulni-ô, no Estado, há a Kapinawa, com 354 índios morando no município de Buíque; Pankararu com 3.478 indivíduos, residentes em Tacaratu; Kambiwá com 1.108 índios, em Ibi-mirim; Truká, no município de Cabrobó, integrados por uma população de 909 pessoas; Kukuru, em Pesqueira, com 3.455 índios; e, ainda, a Atikum com 3.852 índios, em Floresta.

Para Roseana Amorim, Pernambuco é o primeiro Estado que está dando o passo inicial de comprometimento da educação indígena com a Funai. Na sua visão, "isto representa um resgate de sua dívida com os índios".



As discussões sobre a oficialização da escola indígena ocupam o centro dos debates e são, na prática, a razão do encontro.

Negada demissão em escola

Grupo de professores e funcionários da Escola Comunitária Padre Nércio Rodrigues, localizada na Linha do Tiro, esteve, ontem, na redação do DP, para assegurar que "não houve demissão de nenhum servidor do estabelecimento, como também não existiu 'troca de favores eleitoreiros entre a Prefeitura do Recife e o vereador Augusto Costa'", como fora denunciado pelo presidente da Associação Comunitária local, nos jornais da cidade. "Apenas se fez justiça, porque as vagas há muito tempo deveriam estar sendo ocupadas por quem trabalhou logo que o educandário foi inaugurado, e mais ainda, batalhou pela sua edificação. Portanto, as denúncias são mais do que infundadas".

Conforme explicações do professor Uraquitam Ramalho, "jogada houve para favorecer pelo menos 16 pessoas, em 1987, de acordo com entendimentos entre o antigo presidente, Bernardino Batista, o vereador Liberato Costa Júnior e a Secretaria Municipal de Educação. Na época, como vice-presidente da entidade, condenei a postura, pois o critério de aproveitamento, para a permanência do pessoal, era outro, ou seja, participação ativa na escola, nos trabalhos etc. Por conta disso, renunciei, mas não desisti de lutar para que fosse feita justiça. A prova são os quase 10 quilos de documentos que dispomos. Depois de praticamente dois anos, a Prefeitura, através da sua instituição maior, faz retornar aos seus devidos postos, quem tem direito, descaracte-

rizando, assim, a queixa de que houve demissão".

Na opinião do grupo, existe uma grande contradição nas declarações do líder comunitário, "porque ele fala em 19 funcionários, quando, na realidade, são apenas 16, já que conseguimos, a muito custo, a permanência de três. E também não se trata de demissão, porque não há vínculo empregatício, tudo funciona através de convênio entre a Secretaria e a Associação, configurando-se um acordo de prestação de serviços. Achamos que, além de desinformado, o presidente procurou agir de má fé, envolvendo nomes de pessoas que nada têm a ver com o problema, surgido justamente, por força de uma manobra entre a entidade e outros segmentos".

De posse de vários documentos - afirmaram - tão logo o secretário municipal foi empossado, levamos o pleito à Prefeitura, informando e mostrando ao secretário (na época Aloísio Sales), que tudo estava errado. A coisa andou bem, pois tínhamos provas suficientes de que a preferência era para funcionários que conseguiram, até 88, participações em todas as atividades do educandário, mas que terminaram sendo preteridos, a partir de um critério de julgamento dos mais injustos. Com a chegada do dr. Júlio Correia, voltamos a questionar o caso e, agora, conseguimos o nosso intento, ou melhor, obtivemos a vitória da reintegração, porque, em 1987, 13 foram colocados aleatoriamente e sem qualquer vínculo com a escola.